

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

EDITAL EXCLUSIVOS ME /EPP

1 - PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, representado neste ato por seu Prefeito, senhor Clodoaldo Briancini e o o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representada por sua gestora Sra. Sidonia Salete Cecon Merisio **TORNAM PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será realizada por meio do site www.bll.org.br e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Federal nº 123/06 e Lei nº 147/14, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2. A SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO SITE WWW.BLL.ORG.BR, NO DIA 10/06/2021, COM INÍCIO ÀS 09:00H, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

1.3. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas no site www.bll.org.br, nos termos a seguir:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 31/05/2021, HORÁRIO: 16h00

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA: 10/06/2021, HORÁRIO 08h15M.

1.4 -Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) Anexo “B” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA LEI 8.666/93;
- c) Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) Anexo “D” - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO;
- e) Anexo “E” – MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES;
- f) Anexo “F” – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

2 - DO OBJETO



2.1 A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, E DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes do **Anexo “A”** deste Edital.

2.2 As quantidades constantes do Anexo “A” são estimativas, não obrigando a Administração à contratação total dos itens.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, especialmente o disposto no Termo de Referência, bem como o atendimento à documentação constante neste Edital e seus anexos e estiverem devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, por meio do site www.bll.org.br.

3.1.1 Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.1.1.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, proposta comercial e enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de possíveis sanções penais cabíveis.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de:

3.2.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.2.2. Empresas ou Sociedades Estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.3. Empresas que estejam reunidas em Consórcio;

3.2.4. Empresas impedidas de licitar ou contratar com Poder Público (Art. 7º da Lei 10.520/02), ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III da Lei 8.666/93);

3.2.5. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 72, § 8º, V, da Lei 9.605/98;

3.2.6. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.7. Empresas em processo falimentar, em processo concordatário, em recuperação judicial ou extrajudicial;

3.2.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do Art. 12 da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);

3.2.9 – Empresas que possuam em seu quadro de pessoal, assessor, diretor, conselheiros ou similares, que sejam servidores do Município de Cordilheira Alta nos termos do artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.3. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente

encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.bll.org.br, opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido no Edital.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar através do site www.bll.org.br, por meio de chave de identificação e senha pessoal e intransferível obtidos no site www.bll.org.br.

4.1.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões. Eventuais dúvidas, para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo telefone **41 – 3097 - 4600** ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

4.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cordilheira Alta, promotor da licitação, responsabilidade.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desta documentação.

5.1.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.6. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas à atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.



5.7. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços.

5.7.1. Para a proposta de preços será considerado obrigatoriamente:

a) **Valor unitário de cada item**, em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

b) **Marca/modelo**, e demais especificações necessárias para detalhar o objeto, consoante às exigências editalícias.

5.7.1.1. Os licitantes poderão participar com uma **única marca por item**, sob pena de desclassificação.

5.7.1.2. Em não havendo campo específico para digitação do modelo, esse poderá ser digitado no mesmo campo designado para marca.

5.8. Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias consecutivos o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão pública, estabelecida no item 1 deste Edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.9. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.10. Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais ou ainda fornecimento de peças, mão de obra, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.11. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

5.12. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.13. - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao número do item do Anexo "A" deste Edital, com sua (s) respectiva (s) quantidade (s).

5.14. Poderão ser admitidos pelo (a) Pregoeiro(a) erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.15. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir, ou criar direitos, sem previsão expressa no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta que não for conflitante com o Edital.

5.15. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, adequada ao último lance ofertado e deverá:

5.15.1. Ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo representante legal da empresa licitante.

5.15.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

5.15.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.



5.16. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

5.17. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

5.18. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.19. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

5.20. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

5.21. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6- DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1. A Documentação de Habilitação da licitante deverá conter os documentos abaixo listados, os quais **devem ser encaminhados conjuntamente à proposta**:

- a) Ato Constitutivo, Contrato Social;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida no prazo máximo de 90 dias da data de abertura dos envelopes (mencionada no subitem nº 1.2);
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (ABRANGENDO AS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS);
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, relativa ao Estado da sede do licitante;
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- h) Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial (sendo a sede da empresa **licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão em dois sistemas diferentes “e-SAJ” e “eproc” do Poder Judiciário de Santa Catarina, disponível respectivamente nos sites: <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> e <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>**);
- i) Declaração da proponente que atende ao inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que diz o seguinte: “Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores

de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”;

j) Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

k) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Município de Cordilheira Alta (modelo no anexo “D” do edital).

OBS.: Juntamente com os documentos de habilitação, a licitante deverá indicar preposto e informar os seus dados (nome, CPF, cargo/ função, telefone e e-mail), que será o responsável por todos os contatos necessários à plena execução do contrato (modelo Anexo “E”). Caso a pessoa indicada seja responsável também, pela assinatura da Ata de Registro de Preços, a licitante deverá obrigatoriamente apresentar procuração, com a indicação de poderes para a prática do ato.

6.2. As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

6.2.1. Sendo a proponente **Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, esta **deverá apresentar OBRIGATORIAMENTE Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante**, de acordo com o artigo 8º da Instrução Normativa DRNC nº 103/2007, vigente na data de abertura da licitação indicada no subitem nº 1.2. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

6.3. Todo benefício previsto nesta Lei Complementar 123/2006 aplicável à Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do artigo 18-E.

6.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos **relativos à regularidade fiscal apresentem** alguma restrição.

6.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa e entrega destas certidões ao (a) Pregoeiro (a).

6.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.4.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se



enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos *online*, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.11. Os documentos exigidos para habilitação e a proposta final (item 5.15) que forem remetidos por meio do sistema da “BLL” deverão ser entregues posteriormente pela licitante, em via original ou cópia autenticada, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após o encerramento da sessão.

6.11.1. Poderá ser dispensada a entrega física dos documentos de habilitação quando:

- a) forem emitidos pelo próprio licitante e tiverem sido assinados digitalmente, conforme protocolo ICP-Brasil;
- b) forem cópias autenticadas digitalmente por cartório competente;
- c) estiverem atualizados e dentro da validade no Cadastro de Fornecedores do Município de Cordilheira Alta;
- d) forem passíveis de conferência de autenticidade pela internet;

6.11.2. Os documentos originais ou cópias autenticadas deverão ser obrigatoriamente encaminhados ao Departamento de Licitações do Município de Cordilheira Alta, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, CEP 89801-000, em envelope lacrado, contendo na parte externa as seguintes informações:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA – SC
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº __/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/2021
ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)



CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
CEP:
TELEFONE / FAX:
E-MAIL:

6.12. O não cumprimento do referido prazo acarretará na inabilitação da licitante vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos de habilitação, se estiverem de acordo com o solicitado, a segunda colocada será declarada vencedora do item e abrir-se-á prazo para interposição recursal.

6.13. É de responsabilidade da empresa licitante o encaminhamento e a confirmação de recebimento do envelope.

6.14. O Município não se responsabiliza pela logística de entrega do envelope, nem pelo decurso do prazo de transporte deste.

6.15. Na hipótese de envio pelo Correio, considerando o prazo de normalidade, recomenda-se que o envelope seja postado, no máximo, no dia seguinte à convocação para que tenha tempo hábil para recebimento, devendo neste caso informar via e-mail para o Pregoeiro (a) o número de rastreio e/ou comprovante de postagem.

6.16. O não recebimento dos documentos solicitados pelo (a) Pregoeiro (a) no prazo estabelecido, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas neste Edital.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A partir do horário previsto neste edital (item nº 1), a sessão pública na internet será aberta pelo (a) pregoeiro (a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e as licitantes.

7.4. O (A) pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.4.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.4.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.



7.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.8. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR POR ITEM**, observando-se as regras estabelecidas no Edital.

7.10. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.13. A disputa de lances se dará no **modo aberto**, sendo que o envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.13.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma previsto no subitem 7.13.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.14. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) pregoeiro (a) poderá, assessorado (a) pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14.1. Neste caso, o (a) pregoeiro (a) deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta a empresa licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.15. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o (a) Pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.16. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

7.17. O proponente deverá comunicar imediatamente a **BLL** (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO



8.1. Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

8.2. O (A) pregoeiro (a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM.**

8.3. Em atendimento ao disposto no capítulo V da Lei Complementar nº 123/06 serão observados os seguintes procedimentos:

8.3.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.3.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.3.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.3.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.4. O (A) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 8.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O (A) pregoeiro (a) poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, contado da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como



marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, ou folhetos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio indicado pelo (a) pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. A adjudicação do objeto deste pregão será formalizada pelo (a) Pregoeiro (a), pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, à (s) licitante (s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

9.4. O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente, e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor, pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

10. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

10.1. A contratada deverá observar os prazos, a forma e local de entrega do objeto licitado, de acordo com as especificações do termo de referência constante no anexo “A” deste edital.

11. DOS PREÇOS MÁXIMOS

11.1. Os preços máximos a serem admitidos pela Administração Municipal são os previstos na tabela de itens constantes no Anexo “A” deste edital, sob pena de desclassificação.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado conforme disposto na Cláusula Quinta da minuta da Ata de Registro de Preço constante no anexo “F” deste edital.

12.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA:

Despesa	Projeto Atividade	Elemento de despesa
65	2005	3390
13	2020	3390
111	2011	3390
157	2084	3390
25	2013	3390
147	2077	3390

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Despesa	Projeto Atividade	Elemento de despesa
127	2006	3390



132	2033	3390
170	2033	3390
10	2019	3390
14	2019	3390

12.3. Os recursos para pagamento do objeto desta licitação correrão por conta de recursos próprios do Município de Cordilheira Alta.

12.4. O pagamento será efetuado, mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da contratada.

12.5. As notas fiscais/notas fiscais eletrônicas deverão ser emitidas conforme informações prestadas pelos integrantes do Setor de Compras.

13. DAS AMOSTRAS

13.1. Havendo exigência no Anexo “A” para apresentação de amostras, estas deverão ser enviadas e submetidas à aprovação pela secretaria solicitante no prazo máximo de 05 (cinco) dias, que avaliará sua adequação às especificações técnicas contidas no Edital, considerando, ainda, a qualidade e o uso a que se destinam. O responsável pela avaliação, emitirá parecer onde constará aprovada sem ressalvas, aprovada com ressalvas ou reprovada.

13.1.2 A hipótese de “aprovação com ressalvas” somente ocorrerá caso as citadas ressalvas refiram-se a itens de mera aparência (pormenores de acabamento, coloração e outros itens que não impliquem incerteza quanto à qualidade e funcionalidade do objeto). Nesse caso, será disponibilizado novo prazo de 5 (cinco) dias para correção das ressalvas, mediante ajustes ou apresentação de nova amostra.

13.1.2.1 Após as correções ou apresentação de nova amostra, a secretaria emitirá novo parecer em que constará se esta amostra foi aprovada ou reprovada. A entrega da amostra fora do local ou prazo indicado ou a sua reprovação pela secretaria acarretará a desclassificação do licitante.

13.2. Em sendo aprovada, a amostra não será contada como unidade entregue.

13.3. Não será devida ao licitante nenhuma indenização ou reparação de qualquer espécie por conta do envio de amostra (s).

13.4. A aceitação da amostra constitui condição para adjudicação do objeto do certame, de maneira que, caso a unidade amostrada não seja aprovada mediante as condições pré-estabelecidas, o licitante é desclassificado, e o próximo é convocado, na ordem de classificação (art. 4º, inciso XVI, Lei nº 10.520/2002).

13.5. O (A) Pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.6. Todos os objetos entregues, no recebimento, deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade das amostras aprovadas, seguindo exatamente as especificações técnicas solicitadas.

14- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL



14.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados para o(a) pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site www.bll.org.br.

14.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

14.4. Não serão acolhidas as impugnações apresentadas intempestivamente e/ou subscritos por representante não habilitado ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

14.5. Acolhida impugnação contra o edital será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15-DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02, devendo a licitante manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando, sucintamente, suas razões após o término da sessão de lances.

15.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo (a) Pregoeiro (a).

15.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso e, sendo a mesma aceita pelo (a) Pregoeiro (a), disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, o qual será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, contados da data final do prazo do recorrente.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, e adjudicação do objeto pelo (a) Pregoeiro (a) à licitante vencedor.

15.4. O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) terá efeito suspensivo.

15.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por *fax*, e-mail, correios ou entregues pessoalmente.

15.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração aos termos desta licitação, o licitante que os tenha aceitado sem objeção, e após o julgamento venha apontar falhas ou irregularidade. Tal comunicação não terá efeito de recurso.

16 – DO REGISTRO DOS PREÇOS



16.1 Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente será efetuado o registro dos preços do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (Anexo “F”) pelo responsável pela Administração Municipal e pela (s) licitante (s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

16.1.1 É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.1.2 A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços far-se-á por meio de e-mail.

16.1.3. Os representantes legais ou procuradores das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta para assinarem a Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

16.1.4. Caso a licitante convocada para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer ou recusar-se, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no item nº 19 deste edital.

16.2. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços será considerado, como ato concreto, o simples fato de a empresa vencedora ter participado do certame licitatório e apresentado sua proposta final para o (a) pregoeiro (a) e sua equipe de apoio, tendo em vista a realização de Pregão. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado a Administração examinar a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e, procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e, assim sucessivamente.

16.3. A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura da **Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 meses.**

16.4. O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.5. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

16.5.1. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

16.6. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão, ficando reduzido, automaticamente, o saldo remanescente no término de validade da (s) Ata (s).

17 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



17.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

17.1.1. Automaticamente:

17.1.1.1 Por decurso do prazo de vigência;

17.1.1.2 Quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 Pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

17.2.1 A pedido, quando:

17.2.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.2 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Item 19 deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.3.1 O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no item 6 do Edital;

17.2.3.2 Por razões de interesse públicos devidamente motivados e justificados;

17.2.3.3 O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.4 O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.3.5 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.3.6 Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

17.3 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina – DOM/SC, através do sítio www.diariomunicipal.sc.gov.br.

18- DO CADASTRO RESERVA

18.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

18.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.



18.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

18.4. Esta ordem de classificação das licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada se o melhor colocado no certame não assinar a ata de registro de preços ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas neste edital.

18.5. As sanções descritas no item 19 deste edital, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

19 – DAS PENALIDADES

19.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual (Ata de Registro de Preços) no prazo assinalado neste edital, sujeita-lo-á à multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preço contratado, nos termos do item 16 do presente instrumento convocatório.

19.2. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

19.3. A penalidade de multa, prevista no item 19.1 deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

19.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

19.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

19.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

19.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

19.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

19.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 19.6 e 19.7 será o valor inicial do Contrato.

19.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa



contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

19.11. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

19.12. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

19.13. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

19.14. Sem prejuízo das penalidades de multa fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

19.15. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

19.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3358-9100, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

20.2. É facultado ao (a) pregoeiro (a), auxiliado(a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.3 – Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone, bem como o nome da pessoa indicada para eventual contato.

20.4 – A Administração Municipal de Cordilheira Alta reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

20.5. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Cordilheira Alta não serão consideradas como motivos para impugnações.

20.6 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

20.7 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:



- a) Adiada a abertura da licitação;
- b) Anulada ou revogada no todo ou em parte.
- c) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

20.8. As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram:

20.8.1. Sob pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei Federal nº 8.666/1993, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações pelo Município de Cordilheira Alta, SC, nos termos dos incisos III e IV do artigo 87 do referido diploma legal;

20.8.2. Para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

20.9. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Chapecó, SC, excluído qualquer outro.

Cordilheira Alta, SC, 28, de maio de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal



ANEXO A
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 33/2021

1.OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, E DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CORDILHEIRA ALTA/SC.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	215,00	un		AÇUCAR CRISTAL 5KG	14,74	3169,10
2	390,00	un		CAFÉ TORRADO E MOIDO TRADICIONAL 500G	12,66	4937,40
3	54,00	un		CARGA DE ÁGUA, BOMBONA DE 20 LTS	19,00	1026,00
4	220,00	cx		CHÁ C/ 10 SACHES DE 10G SABORES DIVERSOS	3,48	765,60
5	50,00	cx		LUVA DE PROCEDIMENTOS C/ 100 TAM.	95,85	4792,50
6	70,00	cx		LUVA DE LATEX (BORRACHA NATURAL) TAMANHO M, COM 100UN. BRANCA	108,33	7583,10
7	50,00	cx		LUVA DE LATEX TAM G P/ PROCEDIMENTOS COM 100 UNIDADES	108,33	5416,50
8	50,00	cx		LUVA DE LATEX TAM M P/ PROCEDIMENTOS COM 100 UNIDADES.	108,33	5416,50
9	2,00	un		ANCINHO CURVO, 16 DENTES, FORJADO EM AÇO CARBONO, PESO APROXIMADO DE 1.100KG, COMPRIMENTO APROXIMADO 1489MM, LARGURA APROXIMADA 429MM, ALTURA APROXIMADA 81MM.	22,11	44,22
10	330,00	un		LÂMPADA FLUORECENTE 40W	17,52	5781,60
11	50,00	un		LAMPADAS LED 1,2M, 18 W	29,10	1455,00
12	10,00	un		LAMPADA DE LED TUBULAR T8 18W BIVOLT 6500K FRIA 120 CM	17,46	174,60
13	40,00	un		LÂMPADA FLUORESCENTE, 30W, COMPACTA, ELETRÔNICA, SOQUETE E27	28,71	1148,40
14	40,00	un		LÂMPADA FLUORESCENTE, POTÊMCOA 65W, COMPACTA, TENSÃO 127V, SOQUETE E27, FLUXO LUMINOSO	72,89	2915,60
15	40,00	un		LAMPADA DE LUZ MISTA DE 220V X 160 WTS	30,15	1206,00
16	40,00	un		LAMPADA DE LUZ MISTA DE 220V X 250 WTS	31,22	1248,80
17	36,00	un		RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA, BASE EM MADEIRA COM ESPUMA GRAMPEADA E FIBRA VERDE - LARGURA: 25CM - DENSIDADE DA ESPUMA: MEDIA	13,86	498,96
18	70,00	pt		PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA TAM PEQUENO C/ 12UN	3,99	279,30
19	100,00	pt		COLHER DE SOBREMESA EM PLASTICO 50UN	3,79	379,00
20	16,00	un		GARRAFA TÉRMICA INOX C/VIDRO 1,8L, CARACTERÍSTICAS GERAIS: MATERIAL: PLÁSTICO E AÇO INOX, - CAPACIDADE: 1,8 LITROS, A CONSERVAÇÃO DA TEMPERATURA DAS BEBIDAS É GARANTIDA POR NO MÍNIMO 6 HORAS, JATO DIRECIONÁVEL, BICO CORTA PINGO, AMPOLA DE VIDRO, CORPO EM	129,01	2064,16



				AÇO INOX, PRÁTICA, TEM ACIONAMENTO ATRAVÉS DE ALAVANCA E BASE GIRATÓRIA, QUE FACILITA O SERVIR; DIMENSÕES: ALTURA: 39,00CM, LARGURA: 14,10 CM, PROFUNDIDADE: 19,00 CM, PESO (KG): 1,325		
21	130,00	pt		GUARDANAPO DE PAPEL FOLHA DUPLA MEDIDAS 22X23CM BRANCO EMBALAGEM C/ 50 UNID	1,88	244,40
22	9,00	un		BULE DE ALUMINIO REFORÇADO NO MINIMO 1,9 LITROS	50,20	451,80
23	45,00	un		ISQUEIRO MAXI C/ SELO INMETRO - ACENDIMENTO MÍN.: 3000 VEZES	5,99	269,55
24	26,00	un		TOALHA DE BANHO 70X135CM, EM 100% ALGODÃO CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TIPO: BANHO;COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO; GRAMATURA: 420GM; DIMENSÃO DA TOALHA: 70CM X 135CM.(CORES ESCURAS)	24,60	639,60
25	30,00	un		TOALHA DE ROSTO FELPUDA 27 X 2 X 38 CM , EM 100% ALGODÃO FELPUDO, CARACTERÍSTICAS MINIMAS: TIPO: BANHO;COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO FELPUDO; GRAMATURA: 400GM; DIMENSÃO DA TOALHA: 27 X 2 X 38 CM.(CORES VARIADAS)	16,00	480,00
26	170,00	pt		FILTRO DE PAPEL P/ CAFÉ Nº 103 C/ 30 UNID	4,16	707,20
27	56,00	cx		FÓSFORO EXTRA LONGO C/ 50 UNI - MADEIRA REFLORESTADA; TAMANHO: 9,4CM	5,03	281,68
28	3,00	un		GARRAFA TÉRMICA 12 LITROS COM TORNEIRA TIPO BOTIJÃO TERMICO, LIVRE DE BPA;	175,00	525,00
29	12,00	un		JARRA PLÁSTICA 4,0L ALÇA COM TAMPA	25,32	303,84
30	12,00	un		JARRA PLÁSTICA 3,0L ALÇA COM TAMPA	12,81	153,72
31	360,00	cx		PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA BRANCO 8 ROLOS DE 10CMX200M CADA	92,65	33354,00
32	90,00	un		SABONETE LIQUIDO ANTI SEPTICO COM TRICLOSAN 0,5% 5LITROS	34,93	3143,70
33	50,00	fd		PAPEL HIGIÊNICO 30MX10CM, 1ª LINHA, ALTA ABSORÇÃO, FOLHA SIMPLES, MACIO, PICOTADO, GOFRADO(TEXTURIZADO). NÃO RECICLADO, BIODEGRADÁVEL, COM 100% DE FIBRAS DE CELULOSE VIRGEM, NA COR BRANCA, ALVURA MÍNIMA DE 80%, FRAGRANCIA NEUTRA, FARDO COM 16 PACOTES CONTENDO 4 ROLOS CADA .	38,30	1915,00
34	48,00	fd		PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 60M X 10CM COM 24 ROLOS	29,86	1433,28
35	100,00	fd		PAPEL HIGIÊNICO ROLO FOLHA DUPLA COM 250 METROS, DIMENSÕES:25X10 CM - PACOTE COM 8 ROLOS	81,50	8150,00
36	32,00	cx		PAPEL HIGIÊNICO INTERFOLHADO FOLHA DUPLA 8000 FLS TAM10X20CM, 100% CELULOSE VIRGEM, PACOTES DE NO MÍNIMO 200 FOLHAS	146,77	4696,64
37	8,00	un		PÁ DE PLÁSTICO PARA LIXO 30 CM	6,70	53,60
38	54,00	m		PANO DE FLANELA PARA LIMPEZA LARGURA 0,60 M	8,55	461,70
39	24,00	un		BALDE PLÁSTICO REFORÇADO 10 LITROS	13,12	314,88
40	1.087,00	un		AGUA SANITARIA 2 LITROS	5,73	6228,51
41	75,00	un		VASSOURA DE NYLON C/ 30 CM DE LARGURA C/ CABO	11,39	854,25
42	40,00	un		SABÃO EM BARRA DE ALCOOL 400G	4,93	197,20
43	35,00	un		LIXEIRA PLASTICA C/ PEDAL BRANCA 30	108,72	3805,20



				LITROS		
44	315,00	un		ESPONJA MULTIUSO DUPLA FACE C/ 4 UNID	3,79	1193,85
45	31,00	un		ODORIZANTE DE AMBIENTE 12,0ML / 6,8G (KIT SUPORTE E REFIL) DIVERSAS FRAGANCIAS	20,56	637,36
46	18,00	un		ESCOVA SANITARIA C/ SUPORTE	12,66	227,88
47	60,00	un		ODORIZANTE DE AMBIENTES 12,0ML/6,8G - REFIL DIVERSAS FRAGANCIA	16,76	1005,60
48	650,00	un		SAPONACEO CREMOSO 300ML	6,83	4439,50
49	17,00	cx		COPO DESC. P/ CAFÉ 50 ML C/ 5.000 UNID	131,33	2232,61
50	530,00	pt		PAPEL TOALHA MULTIUSO, FOLHA DUPLA 22X20CM 2 ROLOS	4,18	2215,40
51	130,00	cx		COPO DESC. P/ AGUA 180ML C/ 2500 UNID	129,00	16770,00
52	1.040,00	un		LIMPADOR MULTIUSO P/ LIMPEZA PESADA 500 ML	8,76	9110,40
53	15,00	un		RODO DE ESPUMA DUPLA FACE 40CM COM CABO	15,99	239,85
54	15,00	un		PEDRA SANITÁRIA FRAGRÂNCIA VARIADAS - CAIXA 1 UNIDADE DE 35G, COM SUPORTE.	3,33	49,95
55	32,00	fr		LUSTRA MOVEIS INCOLOR A BASE DE SILICONE C/ 200ML - FRAGRANCIAS VARIADAS	8,76	280,32
56	72,00	un		PANO DE CHÃO ALVEJADO 50X70CM	9,13	657,36
57	172,00	un		PANO DE CHÃO DUPLO 73X44CM, TIPO ESFREGÃO, CINZA, ÓTIMA QUALIDADE	9,79	1683,88
58	712,00	un		BLOCO SANITÁRIO 35G + CESTINHA FRAGRÂNCIAS VARIADAS	4,35	3097,20
59	150,00	un		DESENGORDURANTE 500 ML	4,96	744,00
60	6,00	un		CERA LÍQUIDA VERMELHA C/ SILICONE 850 ML	8,08	48,48
61	40,00	pt		ESPONJA DE AÇO 60G C/ 8 UNIDADES	2,83	113,20
62	10,00	un		ÁGUA SANITÁRIA 5 LITROS	10,16	101,60
63	10,00	un		CESTO PLÁSTICO REDONDO C/ TAMPAS CAPACIDADE: 100 LITROS - MEDIDAS MINIMAS 73CMX59CMX51,5CM NA COR PRETA	149,99	1499,90
64	35,00	un		CESTO PLÁSTICO TELADO P/ LIXO 9,6 L	10,55	369,25
65	27,00	un		ESCOVA DE ROUPA OVAL DE PLÁSTICO C/ CERDAS EM NYLON	5,33	143,91
66	50,00	pt		LENÇOS UMEDECIDOS 20CMX15CM C/ 50 UNID	12,82	641,00
67	300,00	fr		LIMPA PISO LIMPEZA PESADA (CONCENTRADO) 2 LITROS	12,50	3750,00
68	828,00	fd		PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO TIPO LUXO FOLHA DUPLA 2 DOBRAS C/1000 UNID - MEDIDAS APROX.: 23X21CM, DE ALTA ABSORÇÃO E QUE NÃO ESFALEIA; DIVIDIDO EM MAÇOS DE NO MÁXIMO 250 FOLHAS.	14,26	11807,28
69	62,00	un		PANO DE PRATO, ABERTO, 100% ALGODÃO, ALVEJADO, SEM ESTAMPA, BORDAS COM ACABAMENTO EM OVERLOCK, DIMENSÕES 70X50CM E PESO 70 GRAMAS, COM VARIAÇÃO DE +/- 5%. (1ª LINHA)	4,50	279,00
70	60,00	pr		LUVA DE BORRACHA NATURAL COM PALMA DIAMANTADA E PUNHO MINIMO DE 40 CM - TAMANHO M	15,50	930,00
71	70,00	pr		LUVA DE BORRACHA NATURAL COM PALMA DIAMANTADA E PUNHO MINIMO DE 40 CM - TAMANHO G	15,50	1085,00
72	86,00	un		AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS C/ HIDROCEAMIDAS - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO CATIÔNICO, CERAMIDAS, CONSERVANTES, UMECTANTE, CORANTE, OPACIFICANTE,	7,16	615,76



				FRAGRÂNCIA E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO: CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO.		
73	1.800,00	un		DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO C/ GLICERINA 500ML - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS ANIÔNICOS, GLICERINA, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CORANTES E VEÍCULO. COMPONENTE ATIVO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFANATO DE SÓDIO. CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL.	1,99	3582,00
74	30,00	un		RODO DUPLO GALVANIZADO 45CM REFORÇADO - BORRACHA DUPLA; SUPER RESISTENTE; MANOPLA EM BORRACHA; TAMANHO MÍNIMO DO CABO: 1,50M; LIMPEZA PROFISSIONAL.	34,24	1027,20
75	402,00	un		SABÃO EM PÓ 1KG P/ ROUPAS BRANCAS E COLORIDAS - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO, ALCALINIZANTE, COADJUVANTE, ANTIRREDEPOSITANTE, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTE, ENZIMA, BRANQUEADOR, TAMPONANTE, PERFUME, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA. CONTÉM ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO.	8,96	3601,92
76	105,00	pt		SACO DE LIXO 100 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: ENTRE 0,07 E 0,08 MICRAS; DIMENSÕES: 75X90CM; CAPACIDADE NOMINAL: 100 LITROS/20KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	51,33	5389,65
77	166,00	pt		SACO DE LIXO 30 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: 0,05 MICRAS; DIMENSÕES: 59X62CM; CAPACIDADE NOMINAL: 30 LITROS/6KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	16,10	2672,60
78	155,00	pt		SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: 0,05 MICRAS; DIMENSÕES: 63X80CM; CAPACIDADE NOMINAL: 50 LITROS/10KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	16,60	2573,00
79	39,00	un		VASSOURA DE PALHA COLONIAL REFORÇADA - LARGURA MÍNIMA: 40CM; ALTURA MÍNIMA DO CABO: 1,40M.	26,96	1051,44
80	10,00	pt		SACO DE LIXO 200 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: 0,12 MICRAS; DIMENSÕES: 90X105CM; CAPACIDADE NOMINAL: 200 LITROS/50KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	73,37	733,70
81	24,00	un		Corda Resistente de Polipropileno Branca p/ Varal c/15m n°4	14,14	339,36
82	94,00	un		LIMPA VIDROS C/ ALCOOL 500ML- LIMPA E DÁ BRILHO, COMPOSIÇÃO:LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, COADJUVANTES, CORANTES, ALCOOL, SOLVENTE, AGUA .	6,49	610,06
83	20,00	pt		SACO DE LIXO 150 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: MÍNIMA 0,10 MICRAS; DIMENSÕES MÍNIMAS: 85X100CM; CAPACIDADE NOMINAL: 150 LITROS/30KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	71,48	1429,60
84	77,00	pt		SACO DE LIXO 15 LITROS PRETO C/ 100 UNI - ESPESSURA: MÍNIMA 0,05 MICRAS; DIMENSÕES MÍNIMAS: 39X58CM; CAPACIDADE NOMINAL: 15 LITROS/3KG; CLASSE 1; CONFORME NORMAS DA ABNT.	12,53	964,81
85	80,00	un		TELA ODORIZADORA P/ MICTÓRIO C/	18,24	1459,20



				PEDRA NEUTRALIZADORA		
86	40,00	un		Sabonete Liquido 500ml Com Válvula Pump Dosadora	11,38	455,20
87	20,00	un		PANO MICROFIBRA MULTIUSO "MAGICA"DE NO MINIMO 80% POLIESTER+70% POLIAMIDA TAMANHO MINIMO 30X35 CM.	6,00	120,00
88	40,00	un		PANO MICROFIBRA MULTIUSO "MAGICA"DE NO MINIMO 80% POLIESTER+ PANO MICROFIBRA MULTIUSO "MAGICA"DE NO MINIMO 80% POLIESTER+70% POLIAMIDA TAMANHO MINIMO 60X80 CM.	16,00	640,00
89	6,00	un		BOMBONA DE AGUA 20L COM VASILHAME	40,00	240,00
90	70,00	pt		TOUCA DESCARTÁVEL BRANCA C/ ELÁSTICO C/ 100 UNID - 100% POLIPROPILENO(TNT), COM ELÁSTICO, PACOTE 100UN.	30,40	2128,00
91	140,00	un		PULVERIZADOR MANUAL SPRAY CRISTAL 500 ML	15,99	2238,60
92	1.459,00	un		DESINFETANTE CLORO EM GEL, 700 ML/742F COM BICO DOSADOR, COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO 2,86% p/p(*) COMO CLORO ATIVO, PRINCÍPIO ATIVO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS (ÁCIDO LÁURICO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO), TENSOATIVO ANFÓTERO (ÓXIDO DE AMINA), ESTABILIZANTES, AGENTE DE CONTROLE DE PH, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. (*)	10,91	15917,69
93	22,00	un		RODO DE ALUMÍNIO PARA LIMPEZA PESADA SUPER REFORÇADO, LARGURA MÍNIMA 60 CM, COM CABO DE NO MÍNIMO 1,40 CM	40,36	887,92
94	60,00	un		ALVEJANTE PERFUMADO CLORO ATIVO 5 LITROS	15,96	957,60
95	734,00	un		ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8% INPM (ALCOOL 96,G) FR 1000ML	8,90	6532,60
96	30,00	pt		SABÃO GLICERINA EM BARRA, COMPOSIÇÃO BÁSICA CARBONATO DE SÓDIO, SIOXIDO DE TITANIO, GLICERINA, CORANTE E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ESPECIFICAÇÕES PH 1% = 11,5 MÁXIMO 0,5% DE GLICERINA, NA COR AMARELA, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO CONTENDO 5 UNIDADES COM 200 GRAMAS CADA UNIDADE. VALIDADE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	6,50	195,00
97	1,00	un		KIT DE LIMPEZA PROFISSIONAL CONTENDO 1 BALDE DOBLÔ 30 LITROS, 01 CARRO FUNCIONAL AMÉRICA, 01 PLACA SINALIZADORA DE PISO MOLHADO, 01 PÁ POP, 01 CONJUNTO MOP PÔ 60CM, 01 CABO DE TELESCÓPIO 140CM, 01 GARRA EURO PLÁSTRICA, 01 REFIL LOOP COM CINTA 320 G (OBJETO: PESO 29,5 KG, ALTURA 37,5, LARGURA 38,5)	1.224,04	1224,04
98	55,00	cx		PASTILHA SANITARIA ADESIVA COM 3 UNIDADES, Pastilha Adesiva se fixa à borda do vaso sanitário e perfuma a cada descarga.	9,25	508,75
99	30,00	pr		LUVAS DE BORRACHA MULTIUSO FORRADA (COR LARANJA) TAM M, SEM AROMA.	9,13	273,90
100	19,00	un		LIXEIRA PLASTICA C/ TAMPAS E PEDAL	75,58	1436,02



				20 L		
101	70,00	pr		LUVA DE BORRACHA MULTIUSO FORRADA (COR LARANJA) TAM G, SEM AROMA.	9,44	660,80
102	100,00	un		ODORIZANTE DE AMBIENTES AEROSSOL 360ML/293,6G CAPIM LIMÃO/LAVANDA	13,33	1333,00
103	50,00	pr		LUVA DE BORRACHA MULTIUSO FORRADA (COR LARANJA) TAM P, SEM AROMA.	9,44	472,00
104	40,00	un		TOALHA DE LAVABO 100% ALGODÃO MEDINDO 30X45 COM BARRA	9,98	399,20
105	40,00	un		TOALHA DE ROSTO FELPUDA, 100% ALGODÃO DE NO MINIMO 45X70CM	13,29	531,60
106	56,00	pt		SACO TRANSPARENTE P/ CONSERVAR ALIMENTOS 28X42CM C/100 FREEZER/MICROONDAS	10,51	588,56
107	5,00	un		CHALEIRA ELÉTRICA 1000W , 220V, NO MINIMO 1,7L, NA COR: PRETO/INOX	93,35	466,75
108	4,00	un		CHALEIRA INOX, NO MINIMO 2 L , ALÇA E BOTAO DA TAMPA EM BAQUELITE	69,98	279,92
109	4,00	un		FERRO ELÉTRICO DE PASSAR A VAPOR E A SECO, COM SPRAY - VOLTAGEM 220W	93,20	372,80
110	249,00	un		CARGA DE GAS GLP EM BOTIJÃO DE 13KG	102,50	25522,50
Total						274.753,62

2. JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO

Para atendimento às necessidades das Secretarias solicitantes em adquirir gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, e produtos de higiene e limpeza, visando o bom desempenho das atividades e funções das Secretarias.

3. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias do envio da Autorização de Fornecimento, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

4. RECEBIMENTO

O objeto somente será recebido e considerado devidamente entregue se aceito pela Secretaria Solicitante, e se estiver de acordo com a Autorização de Fornecimento.

5. PROPOSTA

Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido no edital. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM), posto que não havendo lances com valores iguais ou inferiores ao edital, serão desclassificadas.

6. JULGAMENTO

O julgamento no processo será o de Menor preço por item.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal.

8. GARANTIA

Não haverá prestação de garantia.

9. AMOSTRA

Não há necessidade da apresentação de amostras;

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Ao Município é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto, que será exercida pelo Secretário Solicitante ou por fiscal de contrato designado.

RUDIMAR MARAFON

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EDER CARLOS RETORE

Secretario de Água e Saneamento Básico

ANA ELISA TAUCHERT

Secretária de Educação

SIDÔNIA S. C. MERISIO

Gestora do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social

ELEANDRO FANTINEL

Secretário de Infraestrutura

ALEXANDRE BERGAMIN

Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio

SONIA BRIANCINI

Responsável pela Secretaria de Cultura e esporte



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

ANEXO “B”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA
LEI 8.666/93**

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____,
por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as
penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93,
cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar
a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor
aprendiz. ()

Local, ____ de _____ de 2021.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

ANEXO “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA
LEI Nº 10.520/2002 (*)**

Referente: Pregão Eletrônico para registro de preço nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, nos termos do artigo 4º, VII, da Lei 10.520/2002, declara para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe.

Local, _____ de _____ de 2021.

Entregar fora dos envelopes de nº 01 e 02, logo após o credenciamento.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

ANEXO “D”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

Referente: Pregão Eletrônico para registro de preço nº _____

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

ANEXO “E”

MODELO DE INDICAÇÃO DE PREPOSTO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço completo:
Telefone:

Informo para os devidos fins, que os atos referentes ao pregão eletrônico nº ____/2021 poderão ser encaminhados para o endereço eletrônico _____, de titularidade do Sr./Sra. _____, telefone para contato _____, que será o preposto responsável para o recebimento de informações do referido procedimento licitatório.

No caso de haver alterações dos contatos indicados, estes deverão ser informados para os e-mails: licitacoes@pmcordi.sc.gov.br

_____, em ____ de _____ 2021.

Nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021

ANEXO “F”

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/2021

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº XX/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2021**

O **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.990.198/0001-04, situado na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta, SC, representado neste ato por seu Prefeito, senhor Clodoaldo Briancini e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ n. 11.427.163/0001-71, situado na Rua Maria Ranzan, n. 619, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representada por sua gestora Sra. Sidonia Salete Cecon Merísio, e a(s) empresa(s) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu (ua) _____, Senhor(a) _____, inscrito (a) no CPF sob nº _____, em face da classificação das propostas apresentadas, da homologação pela autoridade competente, RESOLVE Registrar os Preços para possível compra do objeto do Edital em referência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e das demais normas legais aplicáveis, na seguinte forma:

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE MATERIAL DE COPA E COZINHA, E DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes no anexo “A” do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de doze meses, a contar da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cordilheira Alta não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição

pretendida, sendo assegurado ao (s) beneficiário (s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ITENS E DOS PREÇOS

3.1. O (s) preço (s) ofertado (s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços e que será pago na possível aquisição dos produtos é o especificado no anexo deste termo.

3.1.1. Os preços descritos no anexo serão pagos na possível aquisição dos produtos.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a descrição constante no anexo “A” do edital e da proposta comercial da DETENTORA.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias do envio da Autorização de Fornecimento e no local informado nesta, em conformidade com o edital, anexos, proposta de preços e ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O Município de Cordilheira Alta efetuará o pagamento do objeto desta ata, conforme solicitação, no prazo de 30 dias após a execução do objeto, mediante apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo recebimento.

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

5.3. 12.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA:

Despesa	Projeto Atividade	Elemento de despesa
65	2005	3390
13	2020	3390
111	2011	3390
157	2084	3390
25	2013	3390
147	2077	3390

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Despesa	Projeto Atividade	Elemento de despesa
127	2006	3390
132	2033	3390
170	2033	3390
10	2019	3390
14	2019	3390



CLÁUSULA SEXTA - DOS REAJUSTES

6.1. Os preços expressos nesse contrato serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei Federal nº 8666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

6.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos que demonstrem os seus gastos, comprovando a quebra do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

7.1. Não haverá prestação de garantia.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do item 15.1 do edital.

8.2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

8.3. A penalidade de multa, prevista no item 8.1, poderá ser aplicada, cumulativamente, com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

8.4. A Administração Municipal de Cordilheira Alta poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/1993.

8.5. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.6. Pelo atraso injustificado na execução do contrato, sujeita-se a CONTRATADA à penalidade de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.7. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida.

8.8. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.9. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.6 e 8.7 será o valor inicial do Contrato.

8.10. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

8.10.1. O valor da multa será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;



8.10.2. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

8.10.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

8.11. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a contratada que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.11.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.11.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

9.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

9.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

9.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

9.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

9.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

9.1.7. Recolher os impostos devidos, no que diz respeito ao objeto da presente Ata, em seu órgão competente.

9.1.8. Realizar a execução do objeto conforme o edital que originou a contratação, sendo vedada a subcontratação.

9.2. São obrigações da CONTRATANTE:

9.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



9.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão para Registro de Preço nº ____/2021 e a proposta da empresa acima relacionada.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e, se for o caso, conforme disposições da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

10.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Cordilheira Alta, SC, ____ de _____ de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito

Contratada

Testemunhas:

1) _____

2) _____

FISCAIS DE CONTRATO